

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VIII - Nº 67 - SETEMBRO DE 2020





[@adufgsindicato](https://www.instagram.com/adufgsindicato)

PANDEMIA EXPÕS DESAFIOS DOS PROFESSORES NA ERA DIGITAL DA EDUCAÇÃO

Páginas 8 e 9

Arte: Thamires Vieira e Janafna Silva (estagiária)



ENSINO BÁSICO

Professores João Ferreira e Nelson Amaral comentam as vantagens do novo Fundeb

Página 6

SEGURANÇA

Professor Ricardo Lima, secretário de Promoção de Segurança e Direitos Humanos da UFG, fala sobre as dificuldades de se formar uma polícia humanizada

Página 7

PESQUISA

Estudo do professor Érico de Campos quer criar cana-de-açúcar resistente ao mosaico

Página 11

TRAJETÓRIA

Professor José Antonio Fornés veio da Argentina às vésperas da Ditadura Militar e encontrou no Brasil uma carreira brilhante

Página 16

prestação de contas		
Dezembro de 2019		
1	Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1	Contribuição Filia dos - Mensalidades	525.862,36
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	35.660,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.442,35
1.4	Receitas Financeiras	19.574,81
1.5	Outras Receitas	4.475,60
1.6	Resgate de aplicações financeiras	77.786,51
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	777,14
Total R\$		664.024,49
2	Custos e Despesas Operacionais	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	154.587,43
2.1.2	Encargos Sociais	66.222,57
2.1.3	Seguro de Vida	817,93
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	19.525,01
2.1.5	Ginástica Laboral	649,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	44.598,20
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.030,86
Total R\$		287.431,00
2.2	Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.256,40
2.2.2	Despesas com Correios	2.838,00
2.2.3	Energia Elétrica	5.324,13
2.2.4	Honorários Advocáticos	10.331,48
2.2.5	Honorários Contábeis	5.788,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	22.207,50
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.187,92
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	857,97
2.2.11	Vigilância e Segurança	443,17
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	21,23
2.2.13	Serviços de Informática	2.606,40
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	800,02
Total R\$		58.062,22
2.3	Despesas Gerais	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	4.573,57
2.3.2	Despesas com Táxi	558,46
2.3.3	Despesas com Coral	2.657,79
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	1.225,90
2.3.5	Diárias de Viagens	9.600,75
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.149,82
2.3.7	Lanches e Refeições	255,51
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	9.750,57
2.3.10	Manutenção de Veículos	1.259,75
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	77.745,28
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	6.491,94
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.805,74
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	5.568,35
2.3.16	Hospedagens Hotéis	2.219,30
2.3.17	Material de expediente	3.402,26
2.3.18	Outras despesas diversas	1.291,49
2.3.19	Manutenção e Conservação	2.259,60
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.002,87
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.844,45
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	295,36
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	8.135,00
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	1.701,90
2.3.26	Despesas com Manifestações	0,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	913,95
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	900,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	2.100,70
Total R\$		150.710,32
2.4	Despesas Tributárias	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	3.913,79
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	134,98
Total R\$		4.048,77
2.5	Repasse Fundo Social e Contribuições	
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	28.705,53
Total R\$		28.705,53
Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$		528.957,84
3	Resultado do exercício 12.2019 (1-2)	
		135.066,65
4	Atividades de Investimentos	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	52.992,80
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	657,98
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		52.992,80
4.2	Intangível	
4.2.1	Programas de Computador	4.600,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		4.600,00
4.3	Aplicações Financeiras	
4.3.1	Aplicação CDB	125.052,53
Total R\$		125.052,53
Total Geral dos Investimentos R\$		182.645,33
5	Resultado Geral do exercício 12.2019 (3-4)	
		-47.578,68

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

EDITORIAL

Serviço público na mira

Quando esta edição do Jornal do Professor estava sendo fechada, o Brasil completava quatro meses sem ministro da Saúde e com cerca de 135 mil mortos pelo novo coronavírus (Covid-19), além de uma retração histórica no PIB, jogando o país de volta na recessão econômica e com os piores indicativos desde antes do Plano Real. Indiferente a tudo isso, o Governo Federal dá prosseguimento ao seu plano de atacar, cortar e destruir o combalido serviço público brasileiro ao enviar para o Congresso Nacional a Reforma Administrativa. A reforma é, de fato, um gigantesco retrocesso com propostas não apenas draconianas para o funcionalismo, mas que busca conferir poderes centralizados ao Executivo, talvez até mesmo autoritários, e que também ameaça a existência e manutenção de empresas estatais responsáveis por serviços essenciais ao povo brasileiro, como os Correios, o Banco do Brasil e diversas empresas menores de energia e saneamento. Nossa principal matéria aborda um dos maiores desafios para os docentes nesta segunda metade de 2020: o ensino remoto emergencial. Conversamos com o Centro Integrado de Aprendizado em Rede (CIAR) da UFG sobre os desafios pedagógicos e materiais impostos pelo retorno das atividades acadêmicas e de ensino. Também abordamos nesta edição os impactos positivos do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e em outra matéria exploramos as vantagens e desvantagens do novo Marco do Saneamento Básico. Por fim, encerramos esta edição do JP com a trajetória do físico experimental José Antonio Fornés que fez história na UFG após ter que sair da Argentina, sua terra natal. Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D’Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Fernando Pereira dos Santos
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VIII – Nº 67

SETEMBRO de 2020

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

José Abrão (JP 3331 GO)
Edição e reportagem

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Diogo Fleury

Diagramação: Thamires Vieira

Estagiária: Janaína Silva

Data de fechamento: 15/09/2020

Tiragem: 2.500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br



*Rusvênia Luiza

Universidade e fascismo: quatro lives de uma discussão necessária

Por que discutir universidade e fascismo?

A pergunta é simples e nem por isso é fácil respondê-la. Simples porque, em se tratando de universidade, toda discussão importa; qualquer questão que se impõe ao mundo social deve ser objeto de reflexão aos modus operandi acadêmico por meio das ferramentas epistêmicas nos mais diversos campos do saber. Apesar de não ser óbvia a resposta é complexa, pois ao que se sabe, vivemos uma democracia, mesmo que muitos discordem disso, na essencialidade prática. Por esse motivo a relação universidade e fascismo é uma questão que importa problematizar.

Com o intuito de levantar questionamentos em torno do cenário em que a universidade brasileira vive imaginei a organização de quatro quintas feiras para discutir o tema O papel da universidade frente ao avanço do fascismo. Infelizmente os cartazes, os cadernos de anotação, os livros que foram consultados não apareceram em forma de “papel” real. Vivemos um ano atípico. 2020 se iniciou com o gosto amargo de perdas inúmeras onde o abismo parece estar diante de nossos pés. O nosso papel está amassado, rasgado. Nossos diplomas e currículos são colocados a prova num mundo onde os currículos são forjados e registrados, num mundo onde verdade e mentira se confrontam. Um mundo de pegadinhas-verdades, deboches-reais a vida e fake news.

Antes da organização desse evento o grupo de estudos Veredas, que coordeno, se reunia virtualmente, desde o início da quarentena, com encontros semanais às terças feiras e, com a presença de cerca de 10 a 15 pessoas, alunos e professores da UFG e de outras instituições. Uma demanda particular desse grupo fez com que buscássemos o contato da Faculdade de História e assim nasceu o curso, completamente virtual, intitulado Para pensar o Brasil, ministrado pelo professor João Alberto da Costa Pinto, colega de trabalho que conheci pela tela dos nossos computadores, no contexto dessa pandemia, em abril de 2020. Embora seja abril o mais cruel dos meses, segundo Elliot, o abril de 2020 fez germinar uma relação que mistura memória e desejo, aviva agônicas raízes, ainda nos termos do poeta.

No princípio a intenção era tão somente dialogarmos sobre os autores Caio Prado Jr, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré nesse pequeno grupo. Porém a busca pela atividade cresceu e por esse motivo, com a anuência do ministrante, nos reorganizamos. Foram três quintas feiras com o público e cinco com o grupo menor nas quais conversamos sobre esses e outros autores. Invariavelmente apareciam questões da ordem da vida política atual uma vez que estamos imersos nas mais diversas conjunturas e realidades do confinamento.

O grupo ampliado das quintas-feiras variou entre 70 e 90 pessoas na sala virtual. Essas reuniões não foram gravadas. Com o final dessa atividade e a nossa avaliação do evento percebi a necessidade de continuar com outras atividades, mantendo esse grupo inicial conectado. Coletivamente, naquela virtualidade, nos conectamos pelo interesse em comum e também por nossas carências desse espaço de acolhimento que o debate acadêmico suscita. Foi como uma janela possível de diálogo e humanidade nascendo e se costurando. Por esse motivo quando nossas vidas já estavam emaranhadas tive a ideia de organizar o evento, também provocada após assistir a uma “live” onde o professor João Alberto colocou a seguinte questão: qual era a voz da universidade diante dos acontecimentos?

Em todo esse contexto devemos nos perguntar: Quais são as vozes da universidade?

Agosto chegou e o número de 100 mil brasileiros mortos e mais

de 3 milhões de casos de covid-19 é uma realidade que bate a nossa porta. Um número que assusta e indigna, assim como quando ainda era metade ou menos ainda. Antes de tudo se colocar nessa dimensão e antes ainda de sabermos o que será, iniciamos o evento em 4 quintas-feiras sendo a primeira no dia 11 de junho e até o dia 2 de julho, das 20h até as 22h.

O evento foi organizado utilizando as plataformas do sympla para inscrições e o meet para as palestras, todas gravadas e disponíveis em um canal do youtube: Programa Trajetórias Intelectuais Brasil e África. Neste canal se encontram outras atividades desenvolvidas por esse programa de extensão que reúne projetos de extensão da Faculdade de História – coordenado pelo Professor João Alberto da Costa Pinto; Faculdade de Educação – coordenado pela professora Kellen Cristina Prado Silva e do Instituto de Estudos Socioambientais coordenado por mim. Apresento uma espécie de relato das falas dos convidados as que podem e devem ser apreciadas com o acesso aos vídeos disponibilizados no youtube, onde estão sem a mediação do meu texto resumido, exposta na íntegra.

O evento se iniciou no dia 11 de junho de 2020. As duas primeiras palestras foram ministradas pelos professores Marília Gouveia, da Faculdade de Educação e João Aberto da Costa Pinto, da Faculdade de História.

A professora Marília iniciou sua fala sinalizando que estávamos vivendo um retrato das trevas, do absurdo e do inominável pelo fato de que o Brasil completava 40 mil mortes naquele dia 11/6/2020. Diante dos nossos olhos e ao longo desse evento, o número de mortes cresceu, mas as bases explicativas para o processo que assistíamos foram elucidadas pela professora, assentando sua fala na ideia de que o fascismo é uma das faces do capitalismo, mais especificamente do neoliberalismo, cujo mote é o de se manter contra tudo que pareça social a despeito do econômico.

Considerando as diversas possibilidades de compreensão nos aspectos conceituais, de leituras e tipologias do fascismo bem como entendendo que ele não se aplica a um momento específico da história humana, a professora Marília trouxe autores do campo do pensamento social e da educação como Otavio Ianni e Marilena Chauí. Não se absteve de dizer que, antes mesmo desse cenário, dessa crise sanitária que vivemos, a escola e a universidade já conviviam com a criminalização, a desautorização a desacreditação de toda autoridade dos professores além de uma enorme violência manifestada na realidade da escola pública brasileira. Aponta a professora ser o papel da universidade lutar para não se afastar do seu ethos, de sua autonomia, de seu lugar como produtora do pensamento crítico.

Dando continuidade ao diálogo o professor João Alberto sinalizou os muitos ataques do atual governo as universidades públicas e sua conspiração contra esse patrimônio histórico que é, antes de tudo, lócus de produção de conhecimento de muita importância para a nacionalidade brasileira. A partir do referencial do marxista português João Bernardo o professor afirmou que o que vemos é mais do que o projeto neoliberal: “é a loucura de gestores que desconhecem a lógica elementar fundamental do capitalismo, que garante a reprodução da força de trabalho”.

O professor compreende a universidade como um aparelho de reprodução da força de trabalho, não desconsiderando o fato de que nela também seja possível produzir consciência crítica, mas vendo-a perspectivada na lógica do capitalismo brasileiro e com uma importante missão de formar trabalhadores. Assim, se reconhece como professor e trabalhador que produz outros trabalhadores, os quais vão produzir novos trabalhadores, em todos os níveis. Defende que é essa uma função essencial

da universidade. Sinaliza que além de todas as ameaças à universidade tem sido ameaçada por ideologias, como a paradoxal noção de multiversidade que é a ideia de que os estudantes estão no espaço da universidade para se aprofundar apenas nos assuntos que os fascinam, ou seja, um ataque neoliberal que traz uma noção de formação de conhecimento dentro de outra universalidades, fascinada pela técnica.

O contraditório se coloca diante de nós. João Alberto aponta o perigo do ethos corporativo muitas vezes presente nas bandeiras fragmentadas de lutas no interior da universidade que não dialogam e muito se desentendem. Dentre as várias questões que tocou, como os riscos da multidiversidade, a oposição consumidores versus estudantes, aponta o que considera o papel da universidade: falar a cidade, se colocar contrária a liberação do comércio, a abertura das lojas, ter uma posição de autonomia como expressão institucional da ciência e não aceitar outra palavra que não seja essa.

Na segunda semana de evento, no dia 18/6, recebi a professora Adriana Delbó da Faculdade de Filosofia e o professor Francisco Tavares da Faculdade de Ciências Sociais. Novamente tivemos cerca de 100 pessoas inscritas e ouvintes, com alguma variação nesse número, mas permanecendo até o final das apresentações e participando dos debates. Esta foi uma semana em que homenageamos o aluno Hilário, da Faculdade de Educação, um aluno Xavante que morreu de Covid no dia 18/6, ocasião em que lemos um texto escrito pela professora Diane Valdez em homenagem a este aluno e ao povo que tem enfrentado a pandemia a revelia das ações do Estado que pouco faz para preservar a sociedade ante a essa grave crise sanitária.

A professora Adriana fez a leitura de um texto no qual tocou em muitas questões. Segundo ela, os eventos que vivemos colocam para nós desafios para além do ethos acadêmico que praticamos, assentado num fazer que tem nos autores e nas referências bibliográficas uma prática e muitas vezes nos distancia e impossibilita de olharmos para além desses lugares. Olhar além é um convite que a fala da professora coloca, além das nossas condições privilegiadas, além da nossa cor, gênero, de como praticamos a nossa existência.

Para tanto não desconsiderou que se a sociedade tem espaço para o fascismo e nós somos parte disso, ou seja, o fascismo tem facetas e nós somos parte. Provocou a todos de modo que pudéssemos assumir como participamos e escolhemos participar da vida pública social e institucional. A partir da Hannah Arendt, Florestan Fernandes, Sueli Carneiro, Marcos Felipe e tantos outros autores a professora trouxe a tona as matrizes da discussão do fascismo, genocídio e do totalitarismo. Apontou ainda que o papel da universidade é não permitir nenhuma norma que exclua qualquer aluno e formar pessoas capazes de assumir a mesma postura diante das práticas fascistas. Considerou que todos que fazem parte da universidade devem questionar normas e regulamentos que sujam as nossas mãos de sangue, ou seja, que é necessário não mais sustentarmos um tipo de democracia que dê espaço para permissividade, assumindo posturas mais ativas, de modo que nosso papel não seja apenas ficar a espreita, afeito, curral... povo que acredita em fake news. Os riscos dessa nossa coletiva falta de critério para ser governado, o problema do financiamento das campanhas eleitorais e tudo que corrói o que entendemos como democracia. Adriana conclamou a parcela do poder que fazemos parte.

Já o professor Francisco demonstrou muita afinidade e concordância com a fala de Adriana e procurou trazer a sua contribuição dentro ciência política e da filosofia apresentando que maneira a universidade como lugar de fazer inteligência e em defesa do conjunto de conhecimentos que ela produziu, na Filosofia, nas Artes e na Ciência. Ao longo da sua fala o professor disse que o tema em questão poderia ser discutido de diferentes maneiras, por meio de diferentes referenciais e que a universidade como espaço de conhecimentos é lugar central na produção de saber sempre não adquiridas de maneira fácil, mas assentados com o respaldo do método e da teoria.

No entanto é justamente esse conjunto de conhecimentos e o campo de possibilidade que temos que faz com que, nos termos do professor; seja a universidade uma máquina que debela mitos e formas de autoritarismos os quais sempre dependem de mitificações, sejam no passado ou no futuro, sem conexão com a realidade. O professor desenvolve algumas premissas para demonstrar que há uma incompatibilidade entre o que a universidade faz e o autoritarismo, ou seja, defende que a universidade como espaço do não autoritário, mesmo com a diversidade de posturas e posições que nela se encontram. Em uma das premissas que apresenta diz que o conhecimento humano/humanístico é aquele que nos constitui como seres humanos, que nos permite refletir sobre nós mesmos, esse é o tipo de conhecimento mais atacado e que se faz na chamada ciência “não aplicada”; sendo assim é impossível construir conhecimento enquanto tal sob um contexto autoritário. A universidade se definindo como tal, um espaço organizado para produção dos mais diversos modos de conhecimento, Artes, Filosofia, deve praticar as suas atividades desafiando formas autoritárias de poderes.

Diante de tantas outras questões, o professor apresenta a potência das diversidades teóricas, metodológicas, ou seja, a universidade como casa do conhecimento produzido na humanidade inteira. Termina a sua fala resgatando o sentido do *kratos* presente em democracia: “fazer com que as coisas sejam realmente feitas”, “garantir a execução daquilo que se pretende executar”. O Estado brasileiro está apagado no sentido democrático, haja vista muitas ações como o encerramento de gestões importantes que naquele momento serviram de exemplo na fala do professor.

Na terceira semana, no dia 25/6 recebemos a professora Miriam Bianca da Faculdade de Educação e o professor Caio Antunes da Faculdade de Educação Física e Dança.

A professora Bianca, de modo simples, irreverente e original, começa dizendo que estarmos ali reunidos era uma contradição, pois a maior maneira de defender o coletivo nesse momento é ficar sozinho: é a História colocando para cada um de nós que o social constitutivo do humano se faz incontestável. Dedicando a sua fala ao aluno Hilário que na semana anterior, conforme mencionado, morreu da Covid 19, a professora ressaltou as dificuldades que o confinamento traz com o chamado *home office*, humanizando-se ao dizer que muitas vezes tem feito trabalhos domésticos ao mesmo tempo em que participa de reuniões.

Bianca diz que defender a universidade como espaço de produção da ciência tem que ser antifascista. Só existe esse caminho: para fazer o enfrentamento frente a lógica neoliberal é preciso ser antifascista. Não há muros, nem lados. Há defesa da morte de maneira acintosa, de maneira clara: nesse contexto em que a universidade nos serve? Não há nesse sentido meios termos.

Ao resgatar as falas anteriores a professora demonstra que foi preciso de pandemia para percebermos que não se vive sem Arte, sem Ciência e sem Cultura. Criticou a lógica mecanicista reproduzida mesmo com inspiração na ciência positivista, criticou as disputas internas por partes de recursos como bolsas quando deveríamos lutar para que todos os projetos fossem contemplados, criticou assumirmos pedacinhos pequenos, residuais de fascismo, quando deveríamos radicalmente nos posicionar contra essa lógica de maneira clara, uma vez que está tudo muito claro para todos nós.

**Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva Professora do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG)*

Confira a íntegra do artigo:

Abra o aplicativo câmera de seu celular ou tablet;

Aponte para o código QR;

Toque no link que aparece.



RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por Daniel Christino

Mensalidade

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que é preciso pensar “seriamente” e “sem preconceitos” na possibilidade de estudantes com melhores condições financeiras pagarem para cursar universidades federais. O pagamento, segundo Mourão, poderia ser “canalizado” para financiar a entrada de alunos de menor renda no ensino superior em instituições privadas. Segundo o vice-presidente, a pessoa estuda gratuitamente e depois “não devolve nada para o país. Simplesmente é formada e passa única e exclusivamente a lidar com a sua vida privada”.

Demissões

O número de demissões de professores da educação básica privada cresce em todo o país. A estimativa da Fenep (Federação Nacional de Escolas Particulares) é de que cerca de 300 mil docentes da educação básica já foram demitidos durante a pandemia, 70% da área de educação infantil, e a perspectiva é que as demissões continuem. Na mesma área, muitos docentes seguem afetados também por redução de jornada e salarial.

E o salário ó

Pelo segundo ano seguido, o salário mínimo brasileiro não teve aumento real e ainda ficou abaixo da projeção inicial do governo, ficando em R\$ 1.067. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que um aumento maior “vai condenar as pessoas ao desemprego”. Naturalmente, a decisão reverbera no reajuste de todas as categorias, inclusive no serviço público, cujos salários já estão defasados há anos.

Ataque x defesa

Ao mesmo tempo em que o Ministério da Economia propôs um corte de 18,2% no orçamento das universidades federais em 2021, o Governo Federal propôs aumentar as verbas em segurança pública e no orçamento do Ministério da Defesa. Outras áreas sob constante ataque tiveram aumentos pequenos ou não tiveram aumento real, como o Ministério do Meio Ambiente (de R\$ 2,2 bilhões para 2,3). Já a Defesa subiu de R\$ 105 bi para 110.

Queda

O PIB brasileiro sofreu uma queda histórica de 9,7%. Sob efeito da pandemia, atividade econômica registrou dois trimestres seguidos de retração, o que não acontecia desde 2016. Assim, o Brasil está de volta à recessão. Segundo a FGV-Rio, não há registro de um trimestre com desempenho pior desde 1980.

Liberdades

Oficialmente através da Secretária de Comunicação do Governo Federal, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que “ninguém é obrigado a tomar vacina”. Veja que ele não se refere apenas à vacina da Covid-19, mas qualquer vacina. O presidente fez esta declaração à repórteres na noite do dia 31 de agosto e a oficializou como posição no dia seguinte com uma imagem no Twitter que diz: “o governo do Brasil preza pelas liberdades dos brasileiros”.

UNIVERSIDADES PERDERAM 73% DO ORÇAMENTO PARA INFRAESTRUTURA EM 10 ANOS

De acordo com levantamento do G1, diminuiu em 73%, nos últimos 10 anos, a verba repassada para universidades e institutos federais investirem em infraestrutura: comprarem equipamentos para laboratórios, trocarem computadores e reformarem salas de aula e bibliotecas. A quantia em 2010 era de R\$ 2,78 bilhões - e caiu para bem menos da metade em 2019 (R\$ 760 milhões), com os valores corrigidos pela inflação. Lentamente, os cortes têm sabotado a pesquisa brasileira, além de encher os campi com laboratórios inacabados por um lado e laboratórios defasados do outro. Ainda segundo o G1, esta década de perdas travou a expansão das universidades brasileiras, principalmente no interior dos estados, e está causando uma crescente fuga de cérebros: professores altamente qualificados se mudando para instituições de ensino no exterior.

Terra do nunca

A secretaria também parece viver em outro mundo, ao afirmar: “O Governo do Brasil investiu bilhões de reais para salvar vidas e preservar empregos. Estabeleceu parceria e investirá na produção de vacina. Recursos para estados e municípios, saúde, economia, TUDO será feito, mas impor obrigações definitivamente não está nos planos”.

Contágio

Segundo pesquisa do Instituto Americano de Física, publicado na Physics of Fluids, visores transparentes e máscaras com válvulas não são o suficiente para conter o contágio, pois durante os testes, as gotículas conseguiram escapar dos equipamentos. Embora ainda seja a melhor forma de proteção em conversas, elas não garantem que objetos no ambiente não sejam contaminados a partir do acúmulo de gotículas no ambiente com o passar do tempo, o que pode ser problemático, especialmente para a retomada de aulas presenciais.

Saúde

Em entrevista à Folha de São Paulo, o professor Shekhar Saxena, de Havard, afirmou que a pandemia terá grande impacto na saúde mental de toda a população do mundo. O professor

argumenta que o impacto é grande pela combinação de fatores: não apenas enfrentamos uma crise de saúde e socioeconômica (com morte, desemprego, isolamento e estresse) mas uma dificuldade do próprio tratamento (medicamentos caros, acesso à terapia online).

Estável?

De acordo com levantamento feito pelo Imperial College de Londres, o Brasil atingiu a sua menor taxa de infecção por Covid-19 desde abril, com uma tendência para a estabilização. Porém, devido à desatualização dos dados, isso não significa que a taxa de novos contágios foi de fato estabilizada: enquanto algumas regiões podem estar passando por uma desaceleração, como em São Paulo, outras ainda estão ascendentes, como é o caso de Goiás. A taxa média de transmissão (Rt) do novo coronavírus no Brasil teria caído de 1 para 0,94. Em julho ela foi de 1,01, o que é considerado “fora de controle”.

Educação na periferia

Foi lançado gratuitamente o e-book “Pesquisadoras da educação básica: germinando ações e saberes nas escolas públicas periféricas”. Ele é composto por uma coleção de textos em que professores negros de escolas das periferias do Rio de Janeiro compartilham reflexões e conclusões a partir das vivências cotidianas junto aos seus alunos. Ao todo são nove artigos de professores de literatura, sociologia, história, biologia e pedagogia. A organização é da professora Ana Beatriz da Silva.

Reforma

O Governo Federal enviou, enfim, a proposta de reforma administrativa ao Congresso. Já que o serviço público não tem diálogo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o movimento sindical se prepara para resistir à reforma através de deputados e ministros de outras pastas em busca de atenuar o texto, evitar cortes e buscar alternativas à política de terra arrasada de Guedes que quer economizar R\$ 500 bilhões em dez anos, custe o que custar.

Sagrado

Filho de servidores aposentados, o deputado federal Tiago Mitraud (Novo-MG) comanda a frente parlamentar da reforma administrativa. Ele declarou que “conhece” a ineficiência do serviço público e planeja tentar convencer o Congresso a rever questões como a progressão das carreiras e, principalmente, a estabilidade. Para ele, “baixo desempenho deveria ser critério para o fim da estabilidade”.

Estágio

A proposta deve se aplicar somente a novos servidores, criando uma fase extra antes de o servidor conquistar direitos e benefícios plenos. Eles terão que passar por um período de experiência, permanecer por três anos em efetivo exercício em cargo exclusivo de Estado e com desempenho satisfatório antes de ter estabilidade. Há variações em critérios para diferentes funções. A efetivação dependerá do desempenho e do número de vagas.

Fotos: Diogo Fleury



Em tempos de ensino remoto emergencial, muita gente está sentindo falta até deles: os macacos do Campus Samambaia. Este aqui foi flagrado circulando tranquilo, indiferente à pandemia e, veja só, sem máscara



Esse grafite foi realizado pelo coletivo de arte Renka, de Goiânia, junto a alunos da Escola Estadual Dom Cândido Penso em Aruanã com o objetivo de reconectar a cidade turística com a natureza.



Falando em Aruanã, corre a lenda que este pescador-mirim é filho do maior pescador da cidade. Sabe como é: filho de peixe.

CONGRESSO NACIONAL APROVA NOVO FUNDEB

Fundo agora se tornou permanente e permite uma reaproximação com o Plano Nacional de Educação



Fotos: Arquivo/reprodução

Professores Nelson Amaral e João Ferreira, ambos da Faculdade de Educação, veem o novo Fundeb com bons olhos

José Abrão

O Congresso Nacional aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 26/20 que torna permanente o Fundo de Desenvolvimento e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). O fundo é a principal forma de financiamento da educação básica no país e estava em sério risco de ser extinto no final deste ano.

O professor João Ferreira, da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) avalia que o projeto aprovado traz avanços importantíssimos em relação ao Fundeb anterior. O primeiro deles é o fato de o fundo agora ser permanente e constitucional. “As ameaças em relação à desvinculação de recursos da Constituição, as ameaças de redução, especialmente no contexto da pandemia, foram muito grandes. Então foi um avanço importantíssimo”, afirma. Agora, o fundo fica livre das marés sempre imprevisíveis do Governo Federal.

Grande parte dos recursos de municípios pobres vem do Fundeb. O município sozinho não teria como arcar com as despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino nem com o pagamento do salário dos profissionais da educação. Ferreira avalia que estes 23% trazem um aumento significativo que terá grande capilaridade na rede de ensino. “É uma complementação importante. Ela vai ampliar significativamente o número de estados e municípios que vão receber recursos da União, fazendo uma

equalização importante”, destaca.

Os 10% do Fundeb antigo continuam sendo distribuídos da mesma forma, atendendo apenas a alguns estados. A alteração importante é que 10,5% vai alcançar os municípios de todo o país. “Este dinheiro, mesmo em um estado rico, vai melhorar as condições dos municípios que são pobres. Em Goiás, 32 novos municípios receberão recursos por esta regra. O estado de São Paulo, que é rico, apenas um município foi incluído”, exemplifica o professor Nelson Amaral, também da FE e especialista no Fundeb.

Ferreira argumenta que o novo fundo traz avanços em relação ao volume e distribuição de recursos e em relação à redução de desigualdades regionais e estaduais, especialmente ao implementar o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI) como referência para definir um padrão mínimo de qualidade para cada escola. Desta forma, com dados atualizados e melhor financiamento, será possível planejar a médio e longo prazo a educação do país.

Nelson avalia que o CAQI deve ajudar a mudar a educação no Brasil. “Em seu cálculo, estão os insumos que a escola deve ter, a qualidade da sua infraestrutura, se tem quadra poliesportiva, biblioteca, laboratório. E tem a parte de técnicos e de professores, inclusive seus salários. Isto será um jogo entre o mínimo, do piso salarial, do valor estipulado pelo CAQI, e o volume

total de dinheiro que se tem”.

Outra mudança importante foi determinar que estamos e municípios não podem gastar menos que 70% dos recursos da educação com pagamento de salários, um acréscimo de 10% em relação ao fundo anterior. “Isto se aproxima mais da realidade do que se gasta com o pagamento de salários e garante que com esse não inferior a 70%, estados e municípios terão um patamar para pagar o salário dos professores, melhorar o salário, garantir que o piso nacional seja respeitado. Na prática, muitos não pagam”, analisa Ferreira.

Nelson concorda: “foi uma derrota para o governo que queria no máximo 70%. Feito o prédio e instalado as salas de aula, a partir daí o mais importante é o salário das pessoas”. Mesmo assim, o salário dos professores está em média 25% abaixo do que profissionais de nível superior ganham no país, mas Ferreira tem esperança: “há muito o que avançar. A lei do piso foi muito importante para melhorar essa valorização do professor, mas certamente este novo Fundeb vai contribuir muito com este patamar contando com recursos da União”.

Além disso, valorizar o magistério agora pode ajudar a contornar um problema sério no futuro próximo: o de apagão de professores no ensino básico. “Esta definição, minimamente, é um avanço significativo neste processo de valorização da profissão de professor no país”,

torce Ferreira. Nelson também torce. “Esse conjunto de amarração que vai fazer com que os salários melhorem e precisam melhorar mesmo para atrair mais pessoas para a carreira”.

Outro campo que pode ser afetado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que até agora esteve completamente abandonado desde o governo Temer. “Ele começou a ficar abandonado a partir da EC 95 que congelou o dinheiro do poder executivo. O congelamento dos gastos, o pessoal já viu que o país estagnado, vai ter que extrapolar isso ou o Brasil fica parado”, analisa Amaral, “é um absurdo essa Emenda e desde que ela foi instalada foi praticamente decretado que o PNE não seria levado em conta”.

E o governo Bolsonaro nada fez para mudar isso. “Nenhum dos ministros da Educação sequer falou no PNE. Quando o Weintraub falava nele era pra criticar as metas estabelecidas, dizendo que eram absurdas e impossíveis de serem alcançadas”, critica Nelson. O Fundeb vai contribuir para a valorização e universalização da pré-escola, que ainda estamos longe de universalizar, e do ensino médio, que são metas do plano. “Ele corrige desigualdades regionais e ao mesmo tempo busca cumprir as metas de expansão e universalização”, salienta Ferreira, lembrando que já estamos atrasados em todas as datas estipuladas pelo plano. “As metas estão estagnadas ou piorando. O Fundeb dá uma injeção de ânimo”, afirma.

VIOLÊNCIA POLICIAL: RECORDE DE MORTES REASCENDE O DEBATE

Em 2020, Brasil deve bater um novo recorde de óbitos. Em 2019, foram 5.804 casos

José Abrão

A execução de George Floyd por um policial nos EUA em maio deste ano resultou em uma onda de protestos por lá e reascendeu pelo mundo, inclusive no Brasil, questões sobre violência policial, segurança pública e racismo estrutural. Desde a morte de Floyd, por aqui, têm pipocado na imprensa e nas redes sociais filmagens de segurança que denunciam práticas similares por policiais brasileiros.

A letalidade policial no Brasil é cinco vezes maior do que nos EUA: foram 1.093 casos por lá em 2019 contra 5.804 no Brasil (dados do Núcleo de Estudos de Violência – NEV/USP). Em 12 de julho, um PM paulistano foi filmado pisando no pescoço de uma mulher; no dia 14, PMs foram filmados ajoelhando no pescoço de um motoboy na avenida Rebouças. Só em maio, dois garotos, ambos negros, um de 7 e outro de 14 anos, foram mortos por policiais dentro de casa no Rio de Janeiro.

Em 2020, a violência policial irá bater recordes. São Paulo já passa por um aumento de 70% em assassinatos por policiais: 443 civis mortos pela PM até o dia 13 de julho, batendo o recorde anterior, de 409 mortes, em 2003. No Rio, outro recorde no mesmo período: 741 mortes.

“A segurança é uma questão fundamental do Estado democrático de direito moderno. Um dos seus pilares é do uso legítimo da força. Garantir que só através do Estado e de mecanismos legais, seguindo o devido processo, garantindo a ampla defesa, se possa utilizar da força para garantir o contrato social entre nós”, disse o secretário de Promoção de Segurança e Direitos Humanos da UFG e professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, professor Ricardo Lima. Se esta condição está estruturalmente fragilizada, todos estão em risco.

O professor avalia que o



Foto: Diogo Fleury

O professor Ricardo Lima defende uma reestruturação para modernizar e integrar as forças policiais

primeiro grande problema na segurança pública brasileira está na forma como as forças de segurança estão estruturadas. Ele compara com os EUA: “a polícia é de base municipal e todas são de ciclo completo: fazem o ostensivo e a investigação. Na polícia brasileira a estrutura é distante da base municipal e cada polícia faz uma parte do processo. No Brasil, eu tenho uma pulverização das forças de segurança. Para lidar com uma ocorrência eu preciso recorrer, ao mesmo tempo, a diferentes entes”.

Uma ocorrência simples será atendida primeiro pela Polícia Militar e a investiga-

ção será feita pela Polícia Civil. Para o professor, isto torna o processo desorganizado e isola cada carreira policial: o que está muito longe do Sistema Único de Segurança Público (SUSP), aprovado em junho de 2018, visando integrar os órgãos de segurança e inteligência e padronizar informações, estatísticas e procedimentos.

Essa pulverização, ao seu ver, fragiliza o devido processo. “Temos uma estrutura da segurança pública que é pressionada a produzir, na forma de apreensões de pessoas e coisas. Se minha legislação não diferencia entre o pequeno e o grande traficante,

eu loto as penitenciárias enquanto a estrutura financeira e de poder do tráfico permanece intacta”, argumenta.

Outro problema está na herança histórica da formação das polícias no Brasil. O professor destaca que as forças de segurança no país foram formadas historicamente próximas ao poder e com o foco de servir ao poder e oprimir dissidências: algo que começou com os senhores de engenho, continuou com os coronéis, e seguiu nas ditaduras do Estado Novo e Militar. “Você sai de um período de ditadura para uma democracia e essas práticas não mudam”, resume.

Junto a isso, está o racismo estrutural, uma herança da escravidão. “Na estrutura do Estado, há um tratamento diferenciado em relação a esta população. Não tem instituição brasileira que não reflita isso”, aponta o professor. Então, qual é o caminho da mudança? Lima defende a reestruturação e crê que isso só é possível com a inclusão dos próprios policiais no debate. A solução está na reestruturação com polícias integradas, de ciclo completo, próximas do cidadão e com carreiras que permitam progressão e comunicação.

E a universidade tem um papel nisso, podendo contribuir com a formação destes profissionais da segurança. Tanto que a pós-graduação em Direitos Humanos começou neste semestre com uma turma especial de doutorado composta por 19 policiais, com projetos de pesquisa que envolvem suas práticas e as especificidades de suas carreiras.

“Os profissionais de segurança pública têm que ser chamados para essa conversa e têm que dizer, deste lugar de fala, dos seus problemas. Precisam se pensar como sujeitos e pensar a reformulação. A desmilitarização não é um passe de mágica”, argumenta Lima.

Pandemia expôs desafios dos professores na era digital da educação

Dificuldades no uso das plataformas de transmissão, preocupação com direitos de imagens e autorais, escolha adequada dos recursos didáticos para o conteúdo, e muitos outros fatores extrapolam a linha tênue entre o “fazer” e a exposição

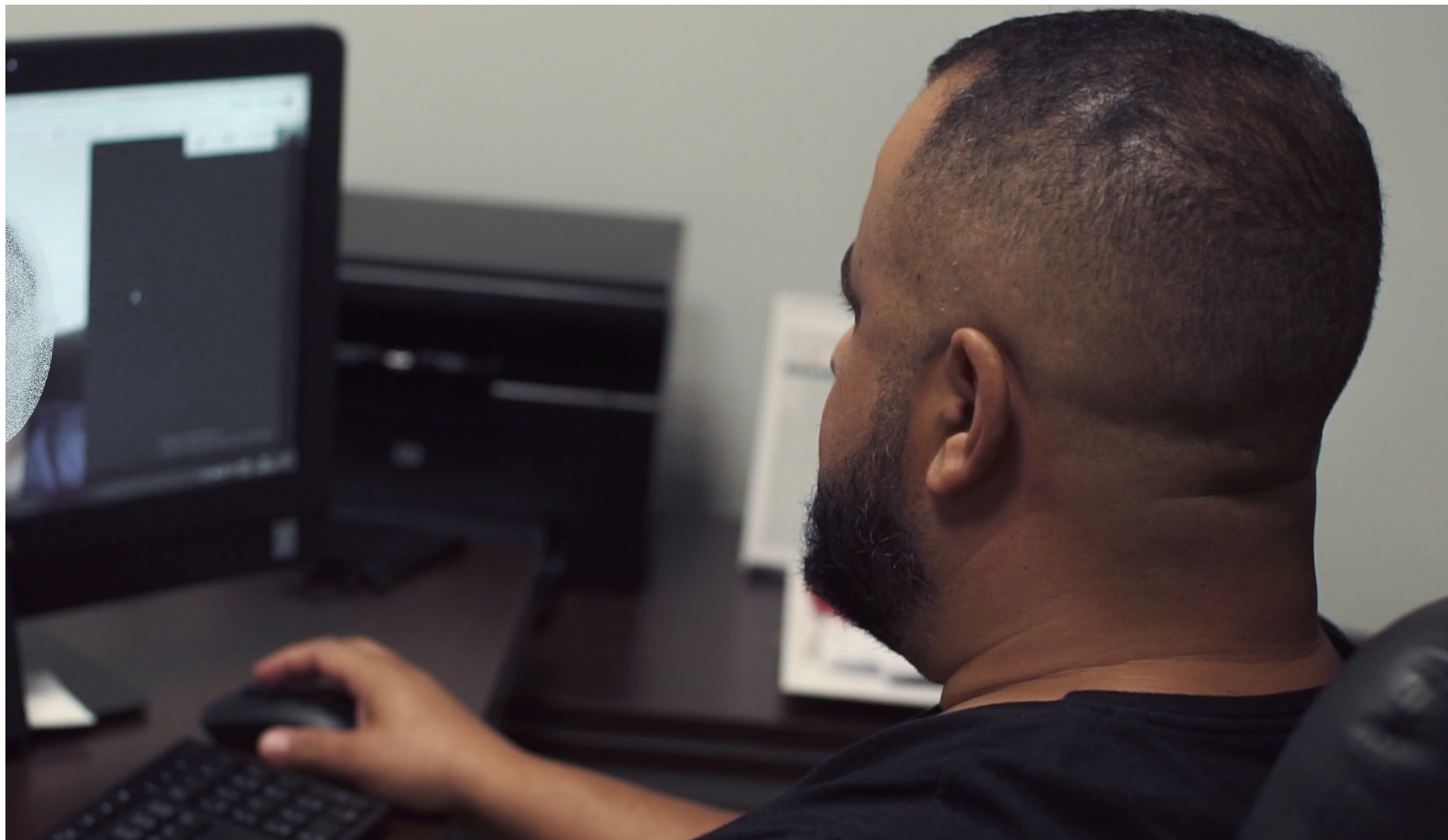


Foto: Diego Fleury

Professores esbarram em desafios durante o período de aulas remotas, como a falta de conhecimento das plataformas, desinformação sobre questões legais e cargas de trabalho excessivas

Luciana Porto

Uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFGM) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) apontou que 89% dos professores não tinham experiência anterior à pandemia para dar aulas remotas. Os dados divulgados no mês de julho revelaram, ainda, que para 21% é difícil ou muito difícil lidar com tecnologias digitais. Contudo, além da falta de vivência no ensino à distância, outros desafios batem à porta dos docentes e escancaram a dificuldade desses profissionais em lidarem com a nova realidade. Desconhecimento dos meios de transmissão das aulas, sobrecarga horária de trabalho, dificuldade de planejamento e didática do ensino, garantia de preservação dos direitos autorais e de imagens, e tantos outros fatores podem comprometer a

qualidade do trabalho e afetar a carreira docente.

De acordo com a coordenadora pedagógica do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede da Universidade Federal de Goiás (Ciar/UFG), Janice Pereira Lopes, a adaptação dos professores que retornaram o semestre letivo por meio das atividades remotas pode ser difícil. Isso porque na modalidade do Ensino à Distância (EaD) os docentes seguem legislações e normatizações, bases teóricas, metodológicas e didáticas específicas para esse tipo de ensino, realidade diferente das aulas remotas emergenciais. “No caso do EaD, os cursos nascem originalmente já nessa modalidade da não presencialidade, enquanto o ensino remoto é um recorte de algumas dessas particularidades. Ou seja, as aulas remotas emergenciais são basicamente o empréstimo da tecnologia com a resignificação da ideia da presença

do ensino à distância”, explica.

Estrutura

Em parceria com diversos órgãos da universidade, como as Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação, Extensão e Cultura e outros, o Ciar ficou responsável pelo acompanhamento dos docentes e discentes durante o período de atividades remotas. Seja no que tange a parte didática do ensino ou na técnica, a pasta deve fornecer o suporte necessário para que os professores conduzam o processo. De início, a coordenadora pedagógica revela que para a transmissão das aulas serão utilizadas as principais plataformas já conhecidas pelos docentes: Moodle Ipê e SIGAA. Entretanto, outras possibilidades podem ser avaliadas, conforme o andamento das atividades. Uma portaria publicada pela Secretaria de Tecnologia e Informação (SETI/UFG) autoriza o uso de ferramentas do G Suite,

plataforma do Google Institucional.

A escolha das plataformas de transmissão ocasionou alguns debates. A limitação das ferramentas eleitas pela instituição levou o Ciar a estudar estratégias para facilitar o acesso tanto para docentes, quanto para alunos, sobretudo àqueles que não possuem alguma barreira na conexão. “Conhecemos alguns problemas de segurança ocorridos em algumas plataformas abertas, como por exemplo o próprio Zoom. Claro que para algumas circunstâncias muito específicas já estamos discutindo algumas possibilidades de abertura e flexibilização. Mas, para situações muito pontuais, em que por exemplo, alguns estudantes indígenas que estão em suas aldeias com muitas dificuldades de acesso não consigam, por exemplo, acessar a plataforma Moodle Ipê, G Suite ou o SIGAA. Mas, isso já vem sendo

discutido junto à Coordenadoria de Ações Afirmativas e a Comissão de Inclusão e Permanência”, pondera Janice. Para o docente do Instituto de Estudos Instituto de Estudos Socioambientais, Romualdo Pessoa, apesar das recomendações de plataformas feitas pela universidade, o professor tem o direito de escolher a ferramenta com a qual ele mais se identifica. Isso porque há duas gerações de docentes na instituição: os mais jovens, que possuem mais facilidade para tratamento com as novas tecnologias; e os mais velhos de carreira, que normalmente possuem mais dificuldade no uso dos meios digitais. Outro argumento usado pelo docente que reitera os desafios dos professores durante o ensino remoto é a particularidade de cada disciplina. O professor de geopolítica tem usado ferramentas como o StreamYard, para palestras e lives com convidados, e o Google Meet, para os momentos de interação com os discentes. “Eu participei do treinamento fornecido pela Prograd sobre o Moodle, mas continuei com algumas dificuldades na plataforma. Optei por ferramentas mais simples e didáticas. Há uma dificuldade de nos adaptarmos a novas metodologias, eu – por exem-

plo – gastarei de seis meses a um ano para me ajustar aos novos moldes, quando isso acontecer já estaremos retornando para o ensino presencial”, critica.

Recursos

Nem só de tecnologia vive o ensino remoto. Isto porque a escolha da plataforma ideal para as aulas não está alheia à definição do melhor material de subsídio para o conteúdo. Vídeos, infográficos, e-books, e outras dezenas de opções estão disponíveis para os professores. Mas, qual a melhor alternativa? Para a coordenadora de produção e publicação do Ciar, Ana Bandeira, o importante é que o docente se questione sobre a finalidade da proposta de trabalho. Depois de estabelecidos os objetivos, o professor ainda precisa refletir sobre “como fazer”. “Uma questão importante que precisamos destacar é que grande parte dos alunos vai acessar o conteúdo por uma tela de celular. Ou seja, às vezes o docente quer usar um recurso especial, mas a tela pequena do celular não permite. O G Suite, por exemplo, deve ter aproximadamente uns 20 aplicativos disponíveis. Então quando vamos pensar no “como fazer”, precisamos pensar automaticamen-

te na plataforma. Essa discussão que eu quero propor por meio de um game, ela vai dar certo na tela do celular? Não, então no caso é melhor um e-book com algumas imagens animadas? Temos que pensar que nem todos os alunos vão ter acesso por uma tela maior, como a de um computador, isso é importantíssimo”, completa a coordenadora de publicação do Ciar.

Direitos

Acima da discussão da realização ou não de aulas remotas, está a manutenção dos direitos dos professores durante este período. A preservação da imagem, voz, produção intelectual, carga horária de trabalho e muitas outras questões têm preocupado os docentes. A câmera e o microfone devem estar obrigatoriamente ligados? O aluno pode gravar a aula? Aulas são protegidas por direitos autorais? São perguntas que, provavelmente, o professor busca respostas em tempos de atividades remotas. Pensando nisso, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) disponibilizou um parecer com orientações jurídicas sobre o assunto. O guia trata de 18 questões importantes para o exercício da profissão sem

que haja qualquer prejuízo ou danos a moral ou carreira do docente. O material está completo no site www.adufg.org.br

Em entrevista ao Repórter Adufg, a professora da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC-UFG), professora Maria das Graças Monteiro Castro, revelou não se sentir segura no ambiente virtual. Para ela, a discussão não deve ser sobre a transposição de conteúdos da forma presencial para a remota, ou se o professor é ou não favorável às atividades à distância. “A UFG deve nos oferecer condições tecnológicas, metodológicas e jurídicas para exercermos o nosso trabalho com segurança. Nós já tínhamos as nossas imagens expostas quando os alunos filmavam as aulas presenciais. Falta um protocolo de conduta. O professor hoje encontra-se muito sozinho diante de tantos desafios que não são dele. Eu entendo como limite o “meu fazer” enquanto professor, eu não tenho que dar conta de gravar, filmar, editar. O meu papel é dar aula. Precisamos tomar cuidado para não precarizar ainda mais a nossa profissão”, criticou a docente, que também foi diretora do Centro Editorial e Gráfico UFG (Cegraf).

Apesar das dificuldades, ensino remoto já é realidade

Rafael Vaz

Mesmo com dificuldades, o ensino remoto já é realidade em boa parte das instituições de ensino do Brasil. Em Goiás, as três universidades federais anunciaram a retomada das aulas de forma online. Na Universidade Federal de Goiás (UFG), por exemplo, o retorno aconteceu no dia 31 de agosto. De acordo com o reitor da instituição, professor Edward Moreira Brasil, mesmo diante de todas as dificuldades que o ensino público tem enfrentado, as universidades públicas resistem e mostram sua força. Segundo ele, apesar de graves perdas de direitos, as instituições permanecem se posicionando. Para que o retorno fosse possível, a UFG, em parceria com a Associação de Egres-

sos e Egressas, lançou a campanha UFG ID – Solidariedade para Inclusão Digital. Um dos principais objetivos é arrecadar equipamentos eletrônicos para estudantes de baixa renda durante o período de aulas remotas. O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) é parceiro da iniciativa.

Jataí e Catalão

A Universidade Federal de Jataí (UFJ) também anunciou a retomada das aulas de forma remota. A instituição ofertará disciplinas de Núcleo Livre, comum e específico, tanto optativas quanto obrigatórias, Atividades Complementares (AC), Práticas como Componentes Curriculares, disciplinas de orientação, defesas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Tudo isto median-

te aprovação do Conselho Diretor de cada unidade acadêmica. Os estudantes poderão cancelar disciplinas a qualquer momento enquanto durar o período de distanciamento social provocado pela pandemia. Não haverá prejuízo para os docentes e discentes que optarem em não ingressar na modalidade remota. As atividades remotas poderão ser realizadas de forma síncrona (participação dos estudantes e professores no mesmo ambiente virtual e no mesmo instante) e assíncrona (quando não é necessário que os estudantes e professores estejam conectados ao mesmo tempo para que as tarefas sejam realizadas). Os dois modelos de atividades também poderão ser combinadas na mesma disciplina.

Considerando a Resolução que permite o franqueamento do RGCG, as Unidades Acadêmicas se organizarão para a oferta de disciplinas e a matrícula dos estudantes, permitindo ao discente que siga evoluindo no curso, mesmo que algum componente da matriz curricular não seja ofertado nesse momento. Na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), foi aprovada a resolução que dispõe sobre a regulamentação, em caráter excepcional, da oferta de componentes curriculares e outras atividades acadêmicas de forma não presencial e institui o Período Suplementar Excepcional (PSE) para o ensino de graduação, como soluções temporárias às consequências acarretadas pela Covid-19.

Novo marco regulatório busca universalizar saneamento básico

Promulgado em julho, projeto planeja levar água e esgoto para todos os lares brasileiros até o final de 2033, mas especialistas questionam se é possível atingir essa meta dentro do prazo



Foto: Acervo

Para o professor José Vicente Granato, cada real investido em saneamento trará grandes vantagens para o país. Porém, os desafios são numerosos.

José Abrão

O Governo Federal promulgou em julho o novo marco regulatório do saneamento básico que tem como principal objetivo universalizar o atendimento de saneamento no Brasil até 2033. O custo estimado é de R\$ 700 bilhões. Uma proposta ousada, já que 34 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada e 104 milhões não tem coleta de esgoto.

Para o professor José Vicente Granato, da Escola de Engenharia Civil e Ambiental (EECA/UFG), é um projeto muito complexo e mesmo imprevisível, começando dos recursos financeiros e humanos necessários para atingir este objetivo em tão pouco tempo. Ele relembra que todos os projetos nacionais de saneamento já implementados no Brasil previam a universalização do atendimento e nenhum sequer chegou perto. Isto não quer dizer que a situação não melhorou: o primeiro projeto do tipo foi o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), instituído pela Ditadura Militar nos anos 1970. Na época o Brasil tinha 90 milhões de habitantes e apenas 35% dos domicílios eram servidos com água e só 15% dos domicílios urbanos tinham coleta de esgoto. Em 16 anos com um investimento de R\$ 8,5 bilhões anuais, os números subiram para 55% das casas com água e 30% com coleta de esgoto.

Foi este plano que instituiu as estatais de saneamento em todo país, como a Saneago em Goiás. Isto permitiu que aos poucos estados e municípios fossem ampliando seus sistemas com certo grau de sucesso. “Com isso houve um grande avanço. Uma das vantagens foi que as companhias usavam o chamado subsídio cruzado, uma tarifa igualitária para o

estado inteiro. O que arrecadasse a mais em um município maior subsidiava o município menor. E não visava lucro. Tudo que ela arrecadava, ela investia no próprio sistema”, explica Granato.

Houve outros ganhos como a obrigação do estado de destinar 5% de sua receita para um fundo de água e esgo-

“O aspecto é muito complexo. O saneamento é importante, mas vamos fazê-lo com técnica, com expertise. Vemos com preocupação se a regulação vai conseguir fazer a tempo de preservar os pequenos municípios”

to. Além disso, uma estatal podia arcar com custos mais altos com insumos, investimentos e manutenção, distribuindo isto tudo diretamente aos municípios mais carentes sem custos.

Uma ressalva no novo modelo proposto é permitir que mais cidades sejam atendidas pela iniciativa privada. “Como sanitaristas, a gente não olha se o poder público ou se é a iniciativa privada que fariam o melhor ou pior serviço. A gente olha com uma outra ótica. O que a gente preza seria a eficiência da operadora do sistema”, comenta o professor.

Porém, isto talvez até crie um novo problema, já que, para as empresas, as cidades com os maiores sistemas se tornam as mais interessantes, enquanto os lugares mais pobres e precários continuam ao deus dará.

“A gente acredita que não vão se interessar por sistemas carentes que eram compensados pelo subsídio cruzado”, explica, “nós não temos uma regulação forte para garantir isso. Estão fazendo em blocos, que a empresa privada concorre com sistemas atrativos e não atrativos. Mas o governo não regulamentou isso, então a gente não

torno de quase 30%.

Por fim, há o desafio imposto pelas desigualdades regionais e pela própria extensão territorial do país. Segundo o Trata Brasil, das 20 cidades que tem maiores índices de saneamento, 10 cidades estão no estado de São Paulo; 5 estão no estado do Paraná; duas estão no estado do Rio de Janeiro; uma em Minas Gerais; uma em Campina Grande, na Paraíba; e uma em Vitória da Conquista, na Bahia. “Então dá para a gente ver claramente que as cidades e os estados economicamente mais fortes têm os melhores índices”, aponta Granato.

De qualquer forma, o professor salienta que qualquer grau de progresso traz retornos exponenciais à população em qualidade de vida. “O saneamento básico quando está implantado efetivamente é vetor da medicina preventiva. Cidades que têm saneamento comprovadamente têm menos doenças com veiculação hídrica, que são várias”, salienta, “a cada real investido em saneamento – água, esgoto, drenagem, coleta, tratamento – vai economizar de um a cinco reais em tratamento médico no futuro”.

O marco ainda pode sofrer mudanças. Ele recebeu vetos e há pressão dentro e fora do Congresso para que alguns deles sejam derrubados. Para o professor Granato, a questão não pode ser acelerada. “O aspecto é muito complexo. O saneamento é importante, mas vamos fazê-lo com técnica, com expertise. Vemos com preocupação se a regulação vai conseguir fazer a tempo de preservar os pequenos municípios”, finaliza.

sabe como isso vai acontecer”.

Outro problema é que o marco estabelece uma regulação por parte da Agência Nacional de Águas (ANA) que não possui estrutura nem pessoal para isso. “Ela atua muito na água e nos recursos hídricos. Ela precisa se qualificar e aumentar o quadro de funcionários para trabalhar na questão do saneamento que não é a expertise dela atualmente”.

No atual sistema brasileiro há muito desperdício. Segundo o Serviço Nacional de informações em Saneamento (SNIS), a média de perdas é de 38,5%. Em Goiás, é 30,2%. Goiânia se destaca porque é a segunda capital com menor índice de perdas, que é 21,7%, atrás apenas de Campo Grande (19,6%) quando a média das capitais está em

Pesquisa da EA tenta desenvolver plantas resistentes ao mosaico da cana

Pesquisadores buscam encontrar variedades da cana-de-açúcar que sejam imunes através do melhoramento genético

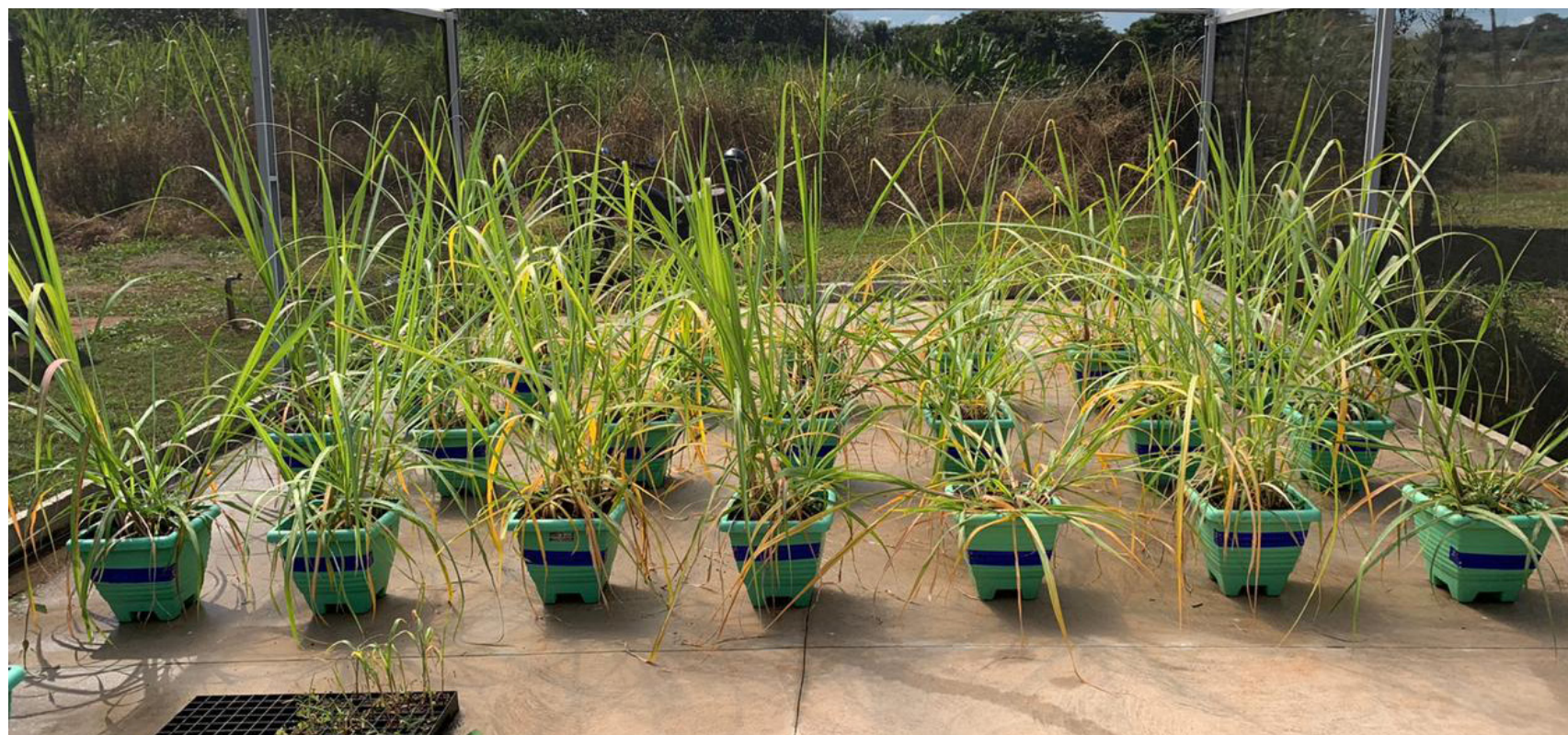


Foto: Reprodução/licença pessoal

Estudo busca encontrar formas de tornar a cana resistente a doenças virais

José Abrão

A Escola de Agronomia (EA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) faz parte da Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético (RIDESA) que desenvolve pesquisas para o melhoramento da cana-de-açúcar. Entre os projetos em execução na escola estão alguns focados no combate a pragas comuns da cana, como a podridão vermelha, causada por um fungo. Há pouco mais de um ano, o professor Érico de Campos atua no combate ao vírus do mosaico da cana.

Segundo o professor, o mosaico historicamente é considerado um dos vírus mais conhecidos e comuns, sendo um dos primeiros a causar problemas no Brasil. Eventualmente, porém, foram desenvolvidas variedades da planta resistentes ao vírus, que reduziram drasticamente as infestações. Mas isto está começando a mudar. “Por volta do início dos anos 2000, se notou o ressurgimento do mosaico em pontos isolados. Ele está ocorrendo novamente, mas ainda com um nível bem menor do que originalmente e em plantas que são resistentes”, explica o professor.

Foi encontrado este isolado do vírus do mosaico que

consegue infectar plantas resistentes e “estamos trabalhando com ele em acessos de melhoramento genético desenvolvidos pela Ridesa”, que já passam por um processo de seleção alinhando características interessantes, como porte e capacidade produtiva. “Pegamos estas variedades e testamos para a resistência ao vírus e vamos separando o material resistente para poder incorporar mais resistência a este isolado para não dar chance de ele retornar a ser uma das principais doenças da cana”, resume o docente.

Para isso, a pesquisa procura desenvolver genótipos resistentes ao isolado do vírus do mosaico da cana. Campos afirma que já começaram a encontrar alguns resultados promissores.

A primeira parte do processo é um tanto simples, mas trabalhosa e demorada. Os pesquisadores recebem uma listagem de plantas diferentes que já estão em processo para melhoramento genético. Este material é levado para a casa de vegetação. Um pedaço da cana é colocado na bandeja com substrato e, quando se desenvolve em uma planta jovem, é inoculado com o vírus. “É um processo mecânico, fazemos

isso com as próprias mãos”, explica o professor, “depois de inocular as plantas verificamos quais expõem sintomas. Depois analisamos todas as plantas em laboratório para ver se o vírus está presente na planta, mesmo sem sintomas, usando técnicas de biologia molecular”.

Acessos são plantas que estão em processo de melhoramento para gerar uma variedade que vai ser plantada no campo para produzir. Os acessos que se mostram resistentes ao isolado são selecionados para a segunda parte do processo que ainda não foi iniciada e que é mais complexa: descobrir qual é o gene responsável por conferir essa resistência ao vírus.

Então eles irão pra terceira parte, que é encontrar uma maneira de transferir ou incorporar estes genes resistentes para as variedades comerciais da cana, usadas de fato na produção, para que não sejam infectadas. “São vários passos. Ainda temos muitos anos de pesquisa pela frente”, reconhece Campos. “A parte de busca do gene é bastante trabalhosa. E depois ainda vamos trabalhar com o vírus do amarelinho também que é muito comum e está sempre presente nas áreas de produção”.

Além disso, o pesquisador salienta que há muitas oportunidades de publicação relacionadas à pesquisa e que pretende aos poucos incorporar mais estudantes no projeto. “É um assunto que rende bastante. No momento estou com um estudante de iniciação científica. Fizemos uma abordagem mais simples, comprovamos a eficiência da metodologia”, conta, “temos potencial para manter estudantes de pós-graduação tanto no mestrado quanto no doutorado. A pesquisa sobre o vírus ainda está na fase inicial. Tenho a intenção de começar a envolver estudante de pós-graduação a partir do ano que vem”.

Neste espaço de tempo, Campos ressalta o grande interesse econômico neste tipo de pesquisa. “A intenção de trabalhar com esta parte de resistência a doenças sempre é a de se tentar a aplicação mais imediata possível dos resultados”, afirma, “encontrar materiais resistentes é de interesse geral: do pequeno produtor ao grande”. É importante tanto do ponto de vista político quanto econômico, o que torna “evidente para a população, a importância da ciência para a vida de todos”.

Adufg intensifica atuação na defesa dos direitos e dos serviços públicos

Sindicato liderou mobilizações contra ataques do Governo Federal à educação

Rafael Vaz

Diante dos ataques do Governo Federal aos servidores públicos, o Sindicato

dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) intensi-

ficou sua atuação na defesa dos interesses da categoria e aos serviços públicos como

um todo. Confira as principais ações realizadas neste sentido nos últimos meses:

Contra a reforma administrativa

Logo após a divulgação da proposta de reforma administrativa, o Adufg divulgou nota de repúdio e anunciou que não poupará esforços para tentar evitar que a medida seja aprovada. “O sindicato adotará todas as me-

didias necessárias na defesa dos servidores e se juntará a outras entidades representativas para evitar mais um retrocesso de um governo que elegeu o funcionalismo público como inimigo”, diz o texto assinado pelo pre-

sidente da entidade, professor Flávio Alves da Silva.

A nota também critica a falta de diálogo do governo com os servidores e alerta para o fim da estabilidade e corte de benefícios dos futuros servidores. “É uma mano-

bra que abrirá caminhos para ataques ainda mais severos. A desvalorização proposta pelo governo certamente afastará bons profissionais do serviço público, sucateando o atendimento oferecido à população em todas as áreas.

#SalveAEducação



Fotos: Diogo Fleury

Professores Flávio Silva, Edward Madureira, Rosângela Nunes e Geci José Pereira da Silva foram alguns dos participantes da mobilização digital

Em meio à readequação imposta pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), as universidades federais podem enfrentar um obstáculo extra em 2021. Afinal, o Projeto de Lei

Orçamentária Anual do próximo ano prevê corte orçamentário das instituições de ensino superior. Contra a proposta, o Adufg iniciou uma mobilização digital contra a medida e em defesa da

educação pública, gratuita e de qualidade.

Todos os canais de comunicação do sindicato passaram a contar com pautas que alertam sobre os impactos que a redução pode causar

nas universidades. O Adufg também convocou a população em geral para a luta contra o retrocesso. Os vídeos da campanha estão disponíveis no Facebook, Instagram e YouTube (@adufgsindicato).

#AprovaFundeb

O Adufg enviou ofício a todos os deputados federais e senadores do Brasil pedindo que aprovassem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Os principais destaques da proposta foram: ampliação em até 23% da participação da União no financiamento da educação infantil e dos ensino fundamental e médio.

Na solicitação, o sindicato destacou a importância do Fundeb para o ensino no Brasil. “É a principal fonte de recursos da educação básica. O futuro de 40 milhões de estudantes está na mãos do Congresso”. Além de encaminhar a solicitação, o sindicato também disponibilizou uma lista com os e-mails de todos os parlamentares e convocou os docentes a pressioná-los.



Arte: Thamires Vieira

Pesquisadores da UFJ estudam potenciais fármacos contra a Covid-19

Estudo iniciado em janeiro tem como objetivo encontrar drogas que atuem na inibição da proteína não-estrutural do SARS-CoV-2



Foto: Diogo Fleury

Três possíveis fármacos contra o novo coronavírus já foram encontrados pelos pesquisadores de Jataí

Luciana Porto

Paralelas à corrida científica para desenvolvimento de uma vacina eficaz e segura contra a Covid-19, outras pesquisas avançam na busca de fármacos com capacidade terapêutica sobre a doença. Na Universidade Federal de Jataí (UFJ), um estudo promovido pelo Núcleo Colaborativo de Biosistemas (NCBios) tenta identificar potenciais drogas contra o coronavírus. Com artigo publicado pelo “Journal of Biomolecular Structure and Dynamics” no mês de julho, os autores do projeto, a aluna de mestrado Gabriela de Lima Menezes sob orientação do professor Roosevelt Alves da Silva, descobriram três possíveis fármacos para inibição de uma proteína que facilita a sobrevivência do vírus no corpo humano, a NSP-1.

Gabriela, que é biomédica e bolsista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), explica que inicialmente os pesquisadores estavam utilizando como base um banco de dados de compostos chamado DrugBank - que

possui fármacos já aprovados para uso em outras doenças ou em fase experimental. De acordo com a mestranda, nesta etapa as moléculas Tirilazad, Phthalocyanine e Zk-806450 tiveram boa afinidade em diversas conformações com a proteína NSP-1. “Descobrimos que esses fármacos quando comparados com outras moléculas com capacidade de inibição in vitro da NSP-1 do SARS-CoV, como Alisporivir e Ciclosporina, apresentam melhor afinidade pela proteína homóloga do SARS-CoV-2, sendo um possível indicativo que elas também possuem atividade inibitória in vitro.”, revela.

Roosevelt pontua que as pesquisas agora mudaram um pouco de foco. Segundo o docente, um novo banco de dados com mais de 200 mil moléculas de origem natural está sendo estudado. Entretanto, há a possibilidade de se encontrar fragmentos que ainda não passaram por nenhum tipo de estudo, ou seja, que ainda não estão em fase de testes clínicos para uso em outras patologias, o que pode tornar o processo de pesquisa mais moroso. “Em

nossa primeira etapa, trabalhamos com drogas que já estão disponíveis no mercado para que possamos atender a urgência que a pandemia da Covid-19 pede. Mas, um ponto interessante do nosso novo trabalho é que as moléculas naturais podem ser de fácil aprovação para o uso humano”, complementa.

Futuro

O laboratório da UFJ atua na área de biologia computacional, com foco em modelagem de estruturas de proteínas, dinâmica e função das proteínas, e prospecção de novos fármacos. Roosevelt explica que a princípio as pesquisas estavam concentradas nos principais patógenos do grupo dos Flavivírus, como o da zika, dengue e febre amarela; e alguns tipos de fungos e bactérias. Em janeiro, os cientistas do núcleo deram o pontapé também para as pesquisas do SARS-CoV-2. “Temos uma parceria com outro laboratório de vírus aqui da UFJ que nos ajuda aplicando os nossos estudos na prática, realizando os testes in vitro. Porém, estamos em um momento em que necessitamos

de maior segurança nos laboratórios e, infelizmente, as nossas instituições não podem nos atender nesse quesito, dependeríamos de agentes externos, laboratórios de fora”, critica.

Apesar disso, Gabriela é positiva com relação ao futuro da pesquisa. A biomédica comenta que mesmo com a promessa do desenvolvimento de vacinas para ainda este ano, o fármaco tem a sua importância por atuar no tratamento da doença. “Na realidade, não sabemos quando a população vai ser imunizada contra o coronavírus, por isso precisamos pesquisar e estudar potenciais drogas eficazes no combate à Covid-19”, destaca a estudante.

Outro ponto que é abordado por Roosevelt são os casos de reinfeção da doença ou mesmo o surgimento de vírus similares e/ou da mesma família. “Muitas vezes podem surgir dúvidas sobre o motivo da gente investir numa pesquisa que procura fármacos, sendo que a vacina já está sendo desenvolvida. Mas, essa seria a justificativa: uma alternativa”, completa o docente.



INFORME JURÍDICO

Retomada das atividades docentes de forma remota: direito de imagem e direitos autorais

O cenário mundial impôs diversas mudanças de hábitos e atividades profissionais e econômicas frente à pandemia do novo coronavírus, o que demanda uma série de adaptações por parte, inclusive, das universidades, através da implementação emergencial do ensino remoto apoiado nas plataformas digitais. Disto emergem várias dúvidas no que tange o cotidiano, especialmente no que toca ao direito de imagem e dos direitos autorais na execução e elaboração das aulas.

No que tange aos direitos autorais, as aulas são consideradas produção intelectual. Porém, o conteúdo não é necessariamente autoral. O que está protegido, neste caso, não é a teoria, mas a forma literária ou artística pela qual o conteúdo científico é transmitido. Os textos de obras literárias, artísticas ou científicas são protegidos por direitos autorais, assim como vídeos, fotografias e gravuras. Lembramos que o uso de representações teatrais e execuções musicais para fins didáticos é legalmente permitido. Portanto, é importante certificar-se se o material que se pretende usar esteja liberado para uso e sempre informar a autoria e a fonte. Outro cuidado que se deve ter é quanto à possibilidade de que o material já esteja em domínio público, de forma que seu uso estará liberado, desde que referida a autoria.

Quanto ao direito de imagem, qualquer gravação, publicação ou divulgação de aulas pressupõe a concordância dos envolvidos. Não há necessidade de que essa concordância seja formalizada individualmente e por escrito, desde que fique claro que a pessoa foi alertada da gravação, da finalidade a que se propõe e da alternativa de se opor à exposição de sua imagem. Não se pode impor a obrigação de ser filmado o gravado. Portanto, alunos podem desligar a câmera e o microfone se quiserem durante a aula, mas isto não os isenta da presença. Uma opção para se comunicar neste caso é o chat por escrito. O aluno também pode gravar a aula com a única finalidade de uso próprio para fazer anotações e estudo.

O professor também deve ficar atento à proteção de sua produção. A originalidade de uma obra não pressupõe registro. A vantagem do registro é a proteção daí decorrente e a facilidade de comprovar a data de criação. Atualmente existem algumas plataformas na rede mundial que auxiliam no registro gratuito de obras, como a Creative Commons.

Adufg lança guia sobre questões legais do ensino remoto

Documento é estritamente jurídico, aborda 18 tópicos e disponibiliza materiais sobre aulas online



Arte: Janaina Silva

Sempre atento para garantir os direitos dos professores, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) disponibilizou um parecer com orientações jurídicas aos educadores que retomaram as atividades acadêmicas de forma remota por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). O documento é estritamente jurídico e destaca questões, como direitos de imagem de docentes e estudantes, proteção de produção intelectual, direitos autorais e compatibilização entre liberdade de ensino e transmissão das aulas.

No total, são abordadas 18 questões que envolvem aspectos legais. O documento também disponibiliza uma sequência de links com materiais so-

bre o ensino remoto, como orientações, vídeos e palestras. "É um momento atípico para a comunidade acadêmica. Estamos acompanhando atentamente todo o processo para garantir que os direitos dos professores sejam respeitados", afirma o presidente do Adufg, professor Flávio Alves da Silva. O parecer foi elaborado pelos escritórios responsáveis pela assessoria jurídica do sindicato.

Jurídico Responde

O Adufg-Sindicato também estreou a nova temporada do programa Jurídico Responde. Nos vídeos, o advogado Elias Menta, da assessoria jurídica da entidade, responde dúvidas dos professores sobre os aspectos legais do ensino remoto. Os vídeos são publicados às segun-

das-feiras, às 16 horas.

Todos os programas ficam disponíveis no canal do sindicato no YouTube (@adufgsindicato). A entidade também disponibilizou um canal de comunicação para que os professores enviem as dúvidas que querem ver respondidas no programa. As perguntas devem ser encaminhadas para o e-mail jornaldoprofessor.adufg@gmail.com.

Confira a íntegra do Guia:

Abra o aplicativo câmera de seu celular ou tablet;
Aponte para o código QR;
Toque no link que aparece.



Reunião entre Adufg e UFG trata de processos relacionados ao artigo 192

Objetivo foi pedir mais celeridade aos processos

Representantes do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) estiveram reunidos com membros da direção da Universidade Federal de Goiás (UFG) para tratar de processos impetrados pela assessoria jurídica do Adufg relacionados aos professores aposentados afetados pelo corte no artigo 192. O

objetivo da reunião foi pedir mais celeridade aos processos, uma vez que o trâmite foi afetado nos últimos meses por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

A meta, agora, é fazer com que os processos voltem a progredir com mais rapidez. A reunião foi realizada de forma virtual. Pelo Adufg, participaram a dire-

tora de Convênios e de Assuntos Jurídicos, professora Ana Christina Kratz, o diretor administrativo, professor João Batista de Deus e o assessor jurídico Elias Menta. A UFG, por sua vez, foi representada pelo pró-reitor de Gestão de Pessoas, Everton Wirbitzki da Silveira, e a diretora de Administração de Pessoas, Wilma Maria Gonçalves dos Santos.



Foto: Diogo Fleury

Adufg doa tablets para campanha de inclusão digital da UFG

O presidente do Adufg, professor Flávio Alves da Silva, participa da entrega dos dispositivos

O Adufg-Sindicato entregou 20 tablets doados para a campanha UFG ID – Solidariedade para Inclusão Digital. Um dos principais objetivos da iniciativa, realizada por meio de parceria entre Universidade Federal de Goiás (UFG) e Associação de Egressos, é arrecadar equipa-

mentos eletrônicos para estudantes de baixa renda durante o período de aulas remotas. “É uma campanha que vai beneficiar muitos alunos que realmente precisam. A crise provocada pela pandemia do coronavírus (Covid-19) nos trouxe para um momento atípico que só será

superado com a união de todos”, afirmou o presidente Flávio Alves da Silva. Os tablets contam, entre outras características, com conexão wi-fi, bluetooth e GPS. O Adufg-Sindicato é parceiro da campanha e quem quiser colaborar, deve levar sua doação ao Centro de Manutenção e Equipamentos (Campus

Samambaia) e na Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação (Campus Colemar Natal e Silva). Também são aceitas doações em dinheiro pelo Banco do Brasil (Agência: 1242-4 / Conta Corrente 47.930-6 / Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural / CNPJ: 01.517.750/0001-06).

Assessoria Jurídica do Adufg realiza atendimento em Catalão e Jataí

O Adufg-Sindicato levou atendimento jurídico aos professores da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e da Universidade Federal de Jataí (UFJ) na última semana de agosto. Todas as medidas de prevenção contra o novo coronavírus (Covid-19) foram tomadas. Além do atendimento presencial, desde o início de agosto, os docentes da UFCAT e da UFJ também podem contar com atendimento jurídico online. Nesta modalidade, o serviço é prestado por

telefone ou internet. O atendimento é realizado às segundas (no período da manhã) e quintas-feiras (tarde). O atendimento é disponibilizado aos professores filiados e não filiados ao sindicato. Para os professores da UFCAT, o agendamento deve ser feito pelo telefone (64) 3411-4217 ou pelo e-mail adufg.catalao@adufg.org.br. Os docentes da UFJ, por sua vez, devem solicitar o atendimento pelo telefone (64) 3631-8363 ou pelo e-mail adufg.jatai@adufg.org.br.

Ameaça de novo corte orçamentário de 18,2% pode inviabilizar funcionamento das universidades

O orçamento das universidades federais de 2021 está ameaçado novamente por um corte de 18,2% previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual. “As universidades federais não vão conseguir absorver um corte dessa magnitude”, afirma o reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), professor Edward Madureira. As universidades já trabalham com orçamento reduzido. A proposta, que ainda precisa

passar pelo Congresso Nacional, foi feita pelo Ministério da Economia e confirmada pelo Ministério da Educação (MEC). Em Goiás, somando as projeções das três universidades federais (UFG, UFCAT e UFJ), o prejuízo seria de R\$ 21,6 milhões no próximo ano. Na comparação com o orçamento de 2020, a Universidade Federal de Goiás perderia R\$ 16,5 milhões. Para a Universidade Federal de Jataí, o corte representaria R\$ 2,7 milhões. A Universidade Federal de Catalão, por sua vez, sofreria um impacto de R\$ 2,4 milhões.

Sede Campestre é reaberta com novos protocolos de segurança

Após inspeção da Vigilância Sanitária de Hidrolândia, bem como autorização da Prefeitura Municipal, a Sede Campestre do Adufg-Sindicato foi reaberta. Ela estava fechada desde março como medida de prevenção ao coronavírus. A entrada só será permitida mediante assinatura e entrega de termo de responsabilidade. Nele, professores e dependentes se comprometem com o cumprimento dos procedimentos de segurança adotados. Entre as principais medidas, está a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção em toda a área comum. Foram

estabelecidos limites de oito pessoas por vez na piscina para adultos e quatro pessoas na piscina infantil. Todos os visitantes terão a temperatura aferida na entrada e durante a estadia no local. A capacidade máxima de lotação adotada será de 50%. As reservas serão feitas exclusivamente pelo telefone (62) 3202-1280. Não será permitida a entrada de sindicalizados que não tenham feito reserva com antecedência. O Adufg também pede que todos que estiveram no local higienizem as mãos com álcool em gel 70% sempre que possível.



Foto: Diogo Fleury

Visando preservar a saúde do docente e de seus familiares, a sede só poderá ser visitada seguindo o novo padrão de prevenção

Uma carreira experimental

Vindo da Argentina em um tempo de crise, o professor José Antonio Fornés consolidou sua carreira como físico de renome internacional nos laboratórios da UFG

Luciana Porto e José Abrão

Um verbo que define a carreira científica é experimentar. Buscar novas abordagens e soluções diferentes para problemas que parecem insolúveis fazem parte do que significa ser um pesquisador. Acontece que, confrontado com uma crise, o professor José Antonio Fornés encontrou através da experimentação um caminho para contornar obstáculos que poderiam ter sido intransponíveis.

Nascido em Córdoba, na Argentina, Fornés realizou no país vizinho toda a sua formação acadêmica, tendo se apaixonado, ainda quando adolescente, pela Física teórica. “Começou na escola secundária. Tínhamos um bom professor, e comecei estudando no Observatório Astronômico Nacional na Universidade de Córdoba”, relembra, “passei os dois primeiros anos estudando matemática, astronomia e física. No terceiro ano fui para a Universidade Nacional de La Plata e lá continuei com minha carreira”.

Com mais perguntas do que respostas na mente, enveredou no mestrado e no doutorado, terminando a sua tese em 1972. Sem tempo para parar, embarcou para a Suécia, onde passou um ano desenvolvendo uma pesquisa de física teórica no laboratório de Química Quântica da Universidade de Uppsala. De lá, passou um ano e meio no Mid Essex Hospital, realizando pesquisa molecular antes de regressar ao seu país.

Porém, enquanto a carreira de Fornés decolava, a Argentina mergulhava em um dos períodos mais sombrios da sua história. Em 1975, diversas forças militares, paramilitares e reacionárias entraram em confronto com movimentos populares, de trabalhadores e de esquerda, em um grande ensaio para o golpe em 1976 que instalaria uma ditadura sangrenta, que mataria mais de 30 mil argentinos.

“Em 1975, a Argentina começa uma espécie de guerra interna. Foi uma crise bastante triste”, relata o professor, que na época fora incumbido de montar um laboratório em Buenos Aires. A tensão política já fazia com que muitos colegas pensassem em abandonar o país. “Um dia chego à universidade e uma colega me diz: Cordobês, aqui está o que precisamos: vamos buscar trabalho no Brasil”. Ele já



Mesmo após se aposentar de uma bem-sucedida carreira docente, o professor seguiu escrevendo, pesquisando e publicando

Foto: Diogo Fleury

tinha trabalho, mas não deixou os colegas na mão: partiu com mais três de carro para a fronteira.

Primeiro foram à USP, apresentar seus currículos. Depois à Unicamp. Por fim, à São Carlos. Na USP de lá, um professor se interessou pelo currículo de Fornés. “Fomos a uma sala de aula em que ele tinha um problema com uma equação, que eu resolvi. Então ele me trouxe um contrato: se você quiser ficar aqui... Eu que não tinha vindo buscar trabalho, havia conseguido! (risos)”, brinca.

Mas se mudar para o Brasil ainda não estava nos planos. Sem problema, disse o professor de São Carlos, “se um dia você decidir vir, me chame que eu te mando a passagem de avião”, lembra, “voltamos todos para a Argentina. A crise piorava cada vez mais”. Ele não tinha carro na época e sua esposa estudava à noite, saía da aula 23h, voltava para casa a pé, “e ouvia na

noite os tiros. Imagine uma guerra. Ela me disse: isto aqui não dá mais”.

Decidiram ir para às serras de Córdoba, onde os pais da sua mulher moravam, na esperança de esperar que as coisas se acalmassem. “Três dias depois que chegamos, recebemos um telegrama contando que haviam colocado uma bomba no carro de uma família boliviana que morava no mesmo andar que eu”, relata. O carro e os destroços subiram e o apartamento foi totalmente destruído. “E aí decidimos vir para o Brasil (risos)”.

De mudança para o Brasil, promessa é dívida, e ele ficou um ano em São Carlos, depois foi para Brasília onde ficou três anos antes de passar em um concurso em Goiás. “Quando eu vim para São Carlos minha esposa ainda ficou seis meses na Argentina, depois ela continuou o curso dela de Nutrição na UnB que havia iniciado em Buenos Aires”, conta. Mais tarde ela, Nélia

Fornés, também se tornaria docente da UFG.

Já lecionando por aqui, conseguiu uma bolsa do CNPq para dar continuidade à sua pesquisa de física experimental. Passou mais dois anos na Universidade da Califórnia no departamento de Biofísica e Biologia, e deu continuidade à distância a um trabalho com o grupo de Ciências Biomédicas da USP.

De toda sua carreira, uma memória vem à mente que sempre o faz se emocionar. Antes de ir para os EUA, teve a oportunidade de conhecer e trabalhar junto com um professor da Virgínia Tech University por um ano que veio fazer intercâmbio. “Quando fui para os EUA, fui convidado por ele a ir à Virgínia Tech. Ele me convidou para a sala de aula onde um aluno dava uma palestra”, relembra, “comecei a observar e fiquei pensando: esse trabalho aí eu conheço. E quando ele terminou, disse: o autor deste trabalho está sentado aqui. E isso me emocionou muito”, disse o professor com olhos marejados.

Fornés se aposentou em 1998. Sua esposa faleceu de câncer em 2002. Não tiveram filhos. Olhando para trás, o professor percebe uma carreira dedicada de corpo e alma à ciência. Inclusive, a aposentadoria não o fez parar de trabalhar: seguiu escrevendo, pesquisando e publicando. “Continuo me dedicando ao trabalho científico. Tenho mais ou menos 40 publicações, todas internacionais”, conta com orgulho.

E ainda está com um livro novo no forno, já aprovado e revisado, pronto para a publicação. “Este livro será sobre Princípios Motores Moleculares. Em uma célula biológica há cerca de 3000 motores que transportam substâncias de um lugar na célula para o outro. E estes motores precisam das flutuações térmicas porque são tão pequenas. Este livro irá tratar sobre como funcionam estes motorzinhos, são todas equações muito complexas”.

Depois de todo esse tempo, Fornés não se arrepende de mudar para o Brasil, nem para Goiânia e conta que nunca teve vontade de voltar a morar na Argentina. “Fiz a minha vida aqui. Vou lá para visitar meus parentes, meus sobrinhos, minha irmã. Fui muito bem recebido e acolhido no Brasil”.